

**ACTA NÚMERO 18/11 DA REUNIÃO DO EXECUTIVO**  
**REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011**

----- Aos quinze dias de Setembro de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS.-----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **FALTAS** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador MANUEL CORREIA MARQUES. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente comunicou a forma como decorreu e os assuntos que foram tratados na Conferência ICLEI EUROPEAN CONVENTION 2011, em que participou em representação da Autarquia. -----

----- A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Elsa Corga congratulou-se com o facto do leitão à Bairrada ter sido considerado uma das 7 maravilhas gastronómicas de Portugal, o que muito engrandece o nosso Concelho e toda a zona da Bairrada. -----

----- **CULTURA** -----

----- PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO DIONÍSIO PINHEIRO -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o teor do Protocolo que foi presente, a celebrar com a Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro, com vista o restauro e posterior exposição de dois quadros do pintor José Malhoa e um quadro do pintor Augusto Ribeiro (proposta 558/11). -----

----- **URBANIZAÇÃO** -----

----- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO PARQUE EMPRESARIAL DO CASARÃO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, aprovar a Alteração, por Adaptação, do Plano de Pormenor do Parque Empresarial do Casarão. Mais foi deliberado sujeitar este assunto à apreciação e

aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 79º do Decreto-Lei 390/89, de 22 de Setembro (proposta 560/11). -----

----- RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA REVISÃO DO PDM -----

-----Analisado o processo referente à Revisão do Plano Director Municipal que foi presente, nomeadamente o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da mesma, que se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta Reunião e analisadas todas as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados no âmbito do período de discussão pública, a Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

-----1 - Deferir as participações n.ºs 5, 23, 33, 56, indeferir as participações n.ºs 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80 e 81 e deferir, com os condicionamentos impostos no Relatório de Ponderação da Discussão Pública as participações n.ºs 4 (mas só nos 50m adjacentes ao arruamento a sul), 21 (deferir apenas os pedidos referentes às parcelas 2 e 3), 25 (deferir apenas no que se refere ao terreno do reclamante), 28, 37 (só na área referente à edificação com informação prévia em vigor) 42 (deferir apenas no alinhamento do perímetro existente a sul), 44, 46 (deferir apenas o pedido referente ao terreno a poente, e só na extensão até à linha de água), 65 (deferir apenas o pedido referente à área a sul da igreja), 76 (deferir apenas o pedido relativo à alteração do artigo 15.º do Regulamento da Revisão do PDM). Relativamente à participação 64 esta não acrescenta nada relativamente ao parecer já ponderado no âmbito do Relatório de Ponderação de Pareceres (Volume IV da Revisão do PDM). -----

-----2 - Responder, por escrito, a todos aqueles que invoquem as questões mencionadas no n.º 5 artigo 77.º do RJIGT; -----

----- 3 - Proceder à divulgação, designadamente através da comunicação social e da respectiva página da Internet, dos respectivos resultados do período de discussão pública, ao abrigo o n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT; -----

-----4 - Proceder à elaboração da versão final da proposta de Revisão do PDM, em consonância com o resultado da ponderação do período de discussão pública, conforme estipulado no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT; -----

----- 5 - Uma vez elaborada a versão final da proposta de Revisão do PDM, remeter

a mesma a parecer final da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), conforme definido pelo artigo 78.º do RJIGT; -----

-----6 - Remeter, à aprovação da Assembleia Municipal, a versão final da proposta de Revisão do PDM, caso o parecer da CCDRC não invoque qualquer questão de inconformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes ou incompatibilidade ou inconformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes. -----

----- **EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE AVENTURA DO SOUTO RIO -----

-----De seguida, a Câmara analisou a proposta apresentada e deliberou, por unanimidade, depois de aprovar o Caderno de Encargos e respectivos anexos, o Programa de Concurso e a constituição do Júri, com a respectiva delegação de competências, conforme foi proposto e de acordo com o nº 1 do artigo 109º e do nº 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, propor à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da abertura de um concurso público, sem Publicação Internacional, para a Concessão da Exploração e Gestão do Parque Aventura do Souto do Rio, conforme documentação que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação informática, junto à Agenda desta reunião (proposta 575/11). -----

----- **TOPONÍMIA** -----

----- FREGUESIA DE FERMENTELOS -----

----- No prosseguimento dos trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião, atribuir os topónimos propostos a Ruas da Freguesia de Fermentelos (proposta 565/11). -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- CONTRATO PROGRAMA COM O GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA -----

----- Seguidamente, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa que consubstancia a atribuição, por parte do Município, de um apoio financeiro ao GICA, no montante global de 419.088,52 €, destinados a comparticipar 20% do total do investimento previsto para a execução do projecto de

remodelação e ampliação do pavilhão gimnodesportivo, de acordo com os termos e condições descritas no citado Contrato-Programa (proposta 561/11). -----

----- CONTRATO DE COMODATO E PROTOCOLO DE FINANCIAMENTO COM O ORFEÃO DE ÁGUEDA -----

-----A seguir, a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar o teor do Contrato de Comodato, a realizar entre a Câmara Municipal de Águeda e o Orfeão de Águeda, com vista à cedência gratuita do direito de uso e ocupação do edifício sito na Casa do Adro, de acordo com os termos e condições descritas na respectiva minuta que se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião. ----

-----Mais foi deliberado, neste ponto da Ordem de Trabalhos, aprovar o Protocolo de Financiamento, também arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, que visa a atribuição de apoio financeiro a favor do Orfeão de Águeda no montante global de 29.892,00 €, destinados a comparticipar 20% do total do investimento previsto para a execução do projecto de requalificação da Casa do Adro, a realizar nos termos da candidatura ao programa Regeneração Urbana do Programa “Mais Centro” – Programa Operacional Regional do Centro (proposta 563/11). -----

----- APOIO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA A SEDE DA INSTITUIÇÃO O MÁGICO -----

-----Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Carla Jacinta e Brito Salvador, tendo em vista a proposta que foi presente e os pareceres jurídicos emitidos sobre o assunto, todos arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, proceder ao pagamento, à Instituição Particular de Solidariedade Social “O Mágico”, da importância de 34.117,00€, correspondente ao apoio financeiro atribuído para a construção do edifício sede, no âmbito do programa de Apoio no ano 2010, conforme autos de medição remetidos e analisados pelos serviços municipais, que ainda não foram pagos por se encontrar suspensos os pagamentos àquela Instituição. -----

----- Mais foi deliberado, relativamente a este assunto, também por maioria, atribuir, à mencionada Instituição, um apoio no valor de 26.518,00€, no âmbito da Medida A – Apoio à Construção ou Beneficiação de Instalações ou à Aquisição de Equipamentos, do Programa de Apoio às Organizações de Solidariedade Social, para conclusão da obra de construção de edifício sede (proposta 568/11). -----

----- APOIO AO CENTRO DE RECREIO POPULAR BELAZAIMA CHÃO. -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos

do previsto nas alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conceder ao Centro de Recreio Popular de Belazaima do Chão, um apoio em espécie, mediante a disponibilização de piso para pavilhão, que antes se encontrava no GICA, e que devido às obras a que o pavilhão desta associação vai ser submetido, deixa de lhe ser útil (proposta 569/11). -----

----- CASA DO POVO DE ÁGUEDA - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Casa do Povo de Águeda do pagamento de taxas pela colocação de duas tarjas na cidade de Águeda, uma na Av. 25 de Abril e outra na Rua Joaquim Valente de Almeida (junto á chaminé) (proposta 566/11). -----

----- **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- 4ª PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL -----

----- Continuando os trabalhos a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar a 4ª Revisão das Opções do Plano e Orçamento para o corrente ano, a qual se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião. -----

----- Mais foi deliberado, tendo em vista o disposto na alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a presente Revisão à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 572/11). -----

----- **REGULAMENTOS** -----

----- PROJECTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E OBRAS NO ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 114º a 119º do Código do Procedimento Administrativo, do artigo 3º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, do artigo 10º e 15º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, do artigo 8º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, dos artigos 53º, nº 2, alínea a) e 64º, nº 6 alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal, com dispensa de Apreciação Pública e nos precisos termos da Proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião (proposta 564/11). --

----- PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO -----

----- Analisada toda a documentação que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, nomeadamente a Proposta ao Executivo e o Relatório de Discussão Pública, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Estacionamento do Município de Águeda e, consequentemente, para cumprimento do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 571/11). -----

----- CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Estrutura do futuro Código Regulamentar do Município de Águeda. -----

----- Foi também deliberado, considerando a importância e abrangência deste projecto, submeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 573/11). -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- REGENERAÇÃO URBANA – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE -----

----- A seguir, depois de analisar os pareceres técnicos emitidos, quer pelo Departamento de Execução e Gestão Urbanística quer pelo Departamento Administrativo e Financeiro acerca do ofício enviado pelo Consórcio adjudicante da obra de Empreitada de “Regeneração Urbana – Requalificação do Espaço Público da Cidade – Av. Dr. Eugénio Ribeiro, Praça do Dr. António Breda, Rua Fernando Caldeira e Rua José Sucena”, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Carla Jacinta e Brito Salvador, o seguinte: -----

----- Indeferir o pedido de reposição do equilíbrio financeiro solicitado pelo consórcio ASIBEL/ENCOBARRA e notificar o empreiteiro para proceder ao cumprimento das suas obrigações contratuais, cumprindo o plano de trabalhos que enviou a 28/07/2011 e proceder à imediata entrega do plano de segurança e saúde devidamente corrigido em conformidade com a apreciação do técnico da autarquia e da lei, para início dos trabalhos, no prazo improrrogável de 5 dias; -----

----- Advertir o Consórcio que, perante o incumprimento do prazo conferido, procederá a autarquia à resolução sancionatória do contrato administrativo de obra pública celebrado a 14 de Abril de 2011, sem prejuízo de reclamação de indemnização por todos os danos causados, conforme o disposto no ponto 7.7 do Caderno de Encargos, na cláusula 10ª do Contrato e nos artigos 325º, 330º c) e 333º nº 1 a), b) e

nº 2 do Código dos Contratos Públicos (proposta 576/11).-----

----- **PRÉMIOS CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** -----

----- ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO DE RECONHECIMENTO DE QUALIDADE ARQUITECTÓNICA-----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo em vista o previsto no nº 7 do art. 4º do Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço público Municipal, atribuir o Prémio de Reconhecimento da Qualidade Arquitectónica à obra realizada pela Sra. Maria José Carvalho Mariano Castilho Reis, pela sua importância a todos os níveis mas, em especial, devido à sua localização na zona mais antiga da cidade e ao facto de representar um importante exemplo a seguir (proposta 567/11). -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

-----RECEPÇÃO PROVISÓRIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-----

-----Analisado o Auto de Vistoria realizada às obras de urbanização do Loteamento com o processo nº 4/04, sito em Cavadas de Baixo, na freguesia de Valongo do Vouga, licenciado em nome de António Jorge Gomes Vidal, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber provisoriamente as obras em causa uma vez que mereceram o parecer favorável da respectiva Comissão de Vistoria (proposta 559/11). -----

-----ISENÇÃO DE TAXAS POR PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE LICENÇA DE OBRAS-----

-----Presente, a seguir, um requerimento em nome da Corporação Evangélica Assembleia de Deus através do qual é solicitada a isenção do pagamento de taxas devidas pela prorrogação de prazo da licença de construção do seu templo de culto (proposta 570/11). -----

----- Analisado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o requerido.

----- PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS -----

Seguidamente, foi apresentado o relatório da auditoria efectuada pela Comissão de Controlo, no âmbito do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, para posterior submissão à Assembleia Municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Neste período da reunião, interveio o Sr. António Breda para solicitar informações sobre o estado do processo relativo à concessão da sepultura dos seus avós no Cemitério do Adro, em Águeda, e mostrar algumas fotografias que, segundo alega,

demonstram a profanação da mesma. -----  
----- O Sr. Presidente informou que o pedido apresentado e que deu origem à publicação dos editais para atribuição do direito de concessão da referida sepultura, uma vez que não existiam registos do mesmo, foi indeferido, considerando as reclamações apresentadas, uma delas, pelo Sr. António Breda. Mais informou que os familiares dos presumíveis titulares da concessão, devem solicitar esse direito para regularização da situação. -----  
----- Eram treze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente acta que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, redigi e subscrevo. -----

